

**AFRICAN UNION**

الاتحاد الأفريقي



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

B.P.: 3243, Addis Abéba, Ethiopie Tél.: (251-1) 51 38 22 Fax: (251-1) 51 93 21  
Email: oau-ews@telecom.net.et

---

**CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA**  
**31ª SESSÃO**  
**8 DE JUNHO DE 2005**  
**ADIS ABEBA - ETIÓPIA**

**PRC/PR/2(XXXI)**  
**Original: Francês**

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE**  
**A SITUAÇÃO NA GUINÉ BISSAU**

## **RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO NA GUINÉ BISSAU**

### **I. INTRODUÇÃO**

1. Depois do golpe de Estado que derrubou o Presidente Kumba Yala, no dia 14 de Setembro de 2003, um processo de retorno à ordem constitucional foi estabelecido. O meu Enviado Especial, Francisco Madeira, deslocou-se à Bissau várias vezes e continuou a acompanhar a situação. Durante estas visitas, o Sr. Madeira teve encontros e sessões de trabalho com os actores políticos, responsáveis administrativos, os da sociedade civil e os das confissões religiosas, assim como com os Chefes das Missões Diplomáticas, o representante do Secretário das Nações Unidas e o Representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

2. O presente relatório apresenta o ponto de situação sobre o desenvolvimento de transição política, em particular após a ameaça a revolta militar do dia 6 de Outubro de 2004 fez pairar sobre o futuro do país. Ele cobre igualmente a realização das próximas eleições presidenciais.

### **II. SITUAÇÃO POLÍTICA**

3. Convém evocar que em conformidade com a Carta de transição, as eleições legislativas foram realizadas aos 28 e 30 de Março de 2004. Num comunicado publicado por esta ocasião, os observadores internacionais congratularam-se pelo bom desenvolvimento do escrutínio, apesar das irregularidades constatadas na sua organização, afirmaram que as mesmas tinham decorrido de uma forma livre, justa e transparente. Doze partidos políticos e três coligações disputaram os votos dos eleitores. Dum total de 603.639 eleitores inscritos, 460.250 votaram no território nacional, ou seja um índice de participação de 76,25%. À luz dos resultados confirmados pelo Tribunal Supremo, a 21 de Abril, nenhum partido tinha obtido a maioria absoluta. Todavia, o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) esteve à frente com uma maioria relativa de 45 assentos. O Partido para a Renovação Social (PRS), formação do antigo Presidente Kumba Yala obteve 35 assentos. O Partido Unido Social e Democrático (PUSD) do ex-Primeiro Ministro Francisco Fadul, obteve 17 assentos. A União Eleitoral, uma coligação de cinco pequenos partidos, obteve 2 deputados, enquanto que a Aliança Popular Unida, uma coligação de dois partidos conseguiu apenas um deputado.

4. Um Governo dirigido pelo Sr. Carlos Gomes, Presidente do PAIGC, foi constituído em Maio. A nova Assembleia Nacional Popular, composta por 102 deputados para um mandato de 4 anos, foi empossada durante o mesmo mês. Inaugurou a sétima legislatura desde a independência da Guiné Bissau, pondo um fim ao mandato do Conselho Nacional de Transição e transformando o Comité Militar para a restauração da ordem constitucional, num órgão consultivo junto a Presidência.

5. Desde a entrada em função do Governo até a insurreição militar, a transição decorria normalmente e a situação política teve uma evolução positiva. O Presidente Interino, o Sr. Henrique Pereira Rosa e o novo Governo envidaram todos os esforços com vista ao restabelecimento da ordem constitucional e a restauração da estabilidade das instituições, quando a 6 de Outubro, a capital Bissau assistiu a revolta militar. Soldados fortemente armados ocuparam os cruzamentos e pontos estratégicos da cidade, como reivindicação de um pagamento de cinco meses de subsídio em atraso, a título da sua participação de Setembro de 2003 a Junho de 2004, a Missão das Nações Unidas na Libéria (MINUL). Os rebeldes afirmaram igualmente, protestar contra a precariedade das suas condições de vida e a corrupção na hierarquia militar.

6. As negociações foram rapidamente encetadas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e os rebeldes; a hierarquia militar, considerada responsável foi rapidamente decapitada. O General Veríssimo Correia Seabra, Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Coronel Domingos de Barros, Chefe dos Serviços de Informação das Forças Armadas foram assassinados, enquanto que os oficiais sobreviventes foram presos ou refugiaram-se nas missões diplomáticas em Bissau. Uma declaração do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal denunciou uma “tentativa de golpe de Estado”, declaração esta que os rebeldes desmentiram imediatamente, esforçando-se em situar o seu movimento no quadro das reivindicações corporativas.

7. No dia 8 de Outubro, publiquei um comunicado no qual exprimi a minha grande preocupação perante a situação que prevalecia naquele momento na Guiné-Bissau. A este respeito, condenei firmemente o recurso à violência, lamentei as perdas em vidas humanas e, exortei o conjunto de actores relacionados, a encontrar uma solução no estrito respeito da legalidade constitucional.

8. No quadro dos esforços visando pôr fim ao “motim”, um Memorando de Entendimento foi assinado a 10 de Outubro, entre o representante dos rebeldes e o Primeiro Ministro, aprovado pela CEDEAO e o representante do Presidente em exercício da UA, o Embaixador da Nigéria em Bissau. Os rebeldes solicitaram com insistência e obtiveram o compromisso do Governo, no referido Memorando para considerar a ideia de um acordo sobre a concessão de uma amnistia geral à todos os que tinham participado no golpe de Estado militar, desde 1980. Exigiram igualmente que o General Tagmé Na Waie, na altura Inspector Geral das Forças Armadas apoiados por estes, fosse nomeado Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Esta nomeação foi confirmada por um Decreto Presidencial, confirmada de 28 de Outubro. O General Tagmé e os seus três adjuntos, nomeadamente, os da Marinha, das Forças Armadas, e da Força Aérea, ocuparam os seus postos no dia 11 de Novembro, após a ausência de um mês na direcção das Forças Armadas Bissau-Guineense.

9. Em seguida, a amnistia foi homologada pela Assembleia Geral Popular, no dia 26 de Novembro, por uma resolução adoptada por 86 deputados, sendo a quase totalidade deputados do PAIGC, dos quais houve apenas duas abstenções. Esta amnistia entra no quadro da reconciliação nacional, cuja forma e as modalidades serão definidas pela comissão que será instalada para este efeito.

10. Por outro lado, a eleição presidencial cujo custo de organização foi avaliada em 3.374.589.889 FCFA, ou seja 5.152.046 Euros, foi fixada para a data de 19 de Junho de 2005. Ela devia ser antecipada de um recenseamento e uma reactualização das listas eleitorais. Aproveitei esta ocasião para lançar um apelo à comunidade internacional para que assista a Guiné Bissau na organização deste escrutínio que constitui uma etapa decisiva no retorno à ordem constitucional.

### **III. SITUAÇÃO MILITAR E QUESTÕES DE SEGURANÇA**

11. O “Motim” de 6 de Outubro, ou seja 6 meses apenas depois das eleições legislativas, realçou a fragilidade do processo de transição para a democracia e revelando uma vez mais, a omnipresença das forças armadas na gestão política do país. Esta teve como consequência imediata, o enfraquecimento do poder executivo e aprofundando as clivagens étnicas no seio da sociedade Bissau-guineense. No entanto, convém sublinhar que desde a sua instalação, o novo Comando militar está-se dedicando a recuperar a imagem das Forças Armadas. Desde a sua entrada em função, reintegrou todos os oficiais abusivamente afastados ou reformados para consolidar o espírito de corporação, e redefiniu o lugar e o papel das Forças Armadas na vida nacional.

12. A reforma das Forças Armadas e dos serviços de segurança torna-se desta forma uma prioridade. A este respeito, lanço uma vez mais um apelo à comunidade internacional, em particular os principais doadores, para que ela se implique cada vez mais na mobilização dos fundos necessários para a realização desta reforma. Ao mesmo tempo, exortou as Forças Armadas Bissau-guineense a abster-se doravante de qualquer ingerência na gestão política do país, em conformidade com o compromisso feito pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, na sua mensagem à Nação, por ocasião do ano novo, e, criar condições indispensáveis para a sua transformação numa Força Armada Republicana ao serviço do poder político.

13. Por outro lado, convém lembrar que desde o fim da guerra de libertação devida a inúmeras crises que abalaram o país, incluindo os roubos feitos ao país, muitas armas ligeiras se encontram na posse da população civil. É importante que a UA em estreita cooperação com a CEDEAO, a CPLP e a ONU, lança novamente uma campanha de sensibilização junto das instituições financeiras internacionais e outros doadores, para a implementação de um programa de desarmamento.

### **IV. SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL**

14. A situação económica e social é crítica. O Governo não dispõe de recursos necessários para fazer face às despesas correntes e ao regulamento dos atrasos nos salários dos funcionários. Apesar da existência de inúmeras potencialidades, a instabilidade não favorece a actividade económica. A Guiné-Bissau que é uma grande consumidora de arroz e, apenas produz uma quantidade ínfima, ao passo que poderia produzir para o seu consumo e para os países vizinhos. A mesma coisa acontece com a amêndoa de caju e com os produtos da pesca que poderiam ser transformados localmente, para produzir mais rendimento.

15. O funcionamento mínimo do Estado só pode ser financiado com ajuda do Fundo de Emergência para a Gestão Económica, criado com a iniciativa do Grupo Consultivo Especial do Conselho Económico e Social para a Guiné-Bissau e administrado pelo PNUD. No entanto, este Fundo foi esgotado e no fim do ano ela não estará mais operacional.

16. Os serviços sociais e sanitários de base encontram-se num estado lastimável por falta de infra-estruturas adequadas, financiamento e recursos humanos qualificados. Com a ajuda do Fundo de Urgência para a gestão económica, pela primeira vez, em três anos, o início do ano escolar 2004/2005 teve lugar em Outubro como previsto. No quadro da campanha nacional de vacinação contra a poliomielite, 97% das crianças foram vacinadas. Por outro lado, graças ao plano de apoio a implementação do programa de luta contra o VIH/SIDA, o primeiro Fórum Nacional sobre o VIH/SIDA realizou-se em Setembro.

17. Convém notar que o Governo tomou medidas financeiras e administrativas necessárias que contribuíram para o aumento das receitas fiscais. As instituições de “Bretton Woods” com as quais o governo teve uma cooperação retomada do controlo das receitas fiscais. Foi assim que as duas partes conseguiram a finalização do documento de estratégia para a redução da pobreza inicialmente prevista para Dezembro de 2004, e que foi adiada devido aos acontecimentos de 6 de Outubro.

18. De 4 a 18 de Dezembro, uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) deslocou-se à Guiné-Bissau para ajudar as autoridades a elaborar o orçamento de 2005; ela apreciou os esforços de gestão envidados pelo Governo. Enquanto se espera a conclusão de um acordo macro-económico com o FMI, o Governo espera receber 5,3 milhões de Euros a título da segunda parte de um pacote orçamental total de 17,2 milhões de Euros que a União Europeia tinha acordado em 2001. Após a conclusão do acordo com o FMI, uma parte suplementar de 5 milhões de Euros deverá estar disponível até ao fim do ano.

19. Apesar de tudo, face a degradação da questão económica, dos serviços sociais, o estado precário das estradas, o mau funcionamento das telecomunicações e o empobrecimento da população, certos peritos consideram que a situação da Guiné-Bissau necessita de um movimento de investimentos massivos da parte das instituições financeiras internacionais. Este movimento deve ser apoiado por medidas de saneamento, nomeadamente uma reforma de administração, uma melhor gestão da função política e uma ortodoxia nas despesas públicas.

## **V. DIREITOS DO HOMEM**

20. A situação dos Direitos do Homem continua preocupante. A história da Guiné Bissau está marcada pelos números casos de violação dos direitos humanos. Depois de Dezembro de 2002, vinte prisioneiros acusados de terem participado em golpes de Estado foram arbitrariamente detidos. Em Junho de 2004, treze dentre eles foram postos em liberdade provisória. Sob a pressão do Bureau de apoio das Nações Unidas

para a consolidação da paz na Guiné-Bissau (BANUGBIS), todos os detidos foram colocados em liberdade em Novembro, enquanto esperam o seu julgamento.

21. O assassinato do General Veríssimo e do Coronel de Barros, em condições ainda não elucidadas, demonstra a insegurança que reina no país. A banalização deste acto por uma parte da classe políticas bem como a falta de um inquérito para apurar os autores e as suas motivações, traduzem a prevalência da impunidade que, como no passado continua protegendo os culpados.

## **VI. OBSERVAÇÕES**

22. Os principais partidos atravessam crises internas. O PAIGC esta a tentar gerir uma coabitação de correntes profundamente divididas sobre questões principais relativas ao retorno do Presidente João Bernardo Vieira e da sua candidatura a eleição presidencial, sobre o fundo de luta de influência entre alguns dos seus dirigentes. O PRS registou algumas deserções e divergências que deram lugar a um partido concorrente. Composto na sua maioria por Balantes, este partido conta com o apoio de uma grande parte dos chefes militares. Segundo os seus adversários, o seu objectivo seria de trazer Kumba Yala de volta ao poder. Finalmente, o PUSD, que tinha dezassete deputados, perdeu doze que pretendem fazer parte dos independentes, enquanto que alguns desconfiam que foram coagidos pelo Primeiro Ministro. O clima de confusão não assegura os doadores que se sentem obrigados a desengajarem-se, apesar do apelo do PNUD. Convido os partidos políticos Bissau-Guineenses, cujo papel é primordial na afirmação da consciência política, a dar prova de maturidade e do sentido de responsabilidade e a envidar esforços para a consolidação da democracia.

23. A amnistia geral votada pela Assembleia Nacional Popular divide a sociedade Bissau-guineense. Por um lado a opinião nacional, sanciona a impunidade que se traduz no desprezo das vítimas e das suas família. Para os membros do PAIGC na sua grande maioria, ela anula os actos cometidos na época do Presidente Vieira que dirigiu o país de 1980 a 1999, e que está afastado das actividades políticas até 2009 segundo a antiga Constituição em vigor antes de Setembro de 2003. A amnistia reprova também o acto pelo qual Kumba Yala renunciou do poder e aceitou não ser ilegível durante cinco anos. Assim sendo, os dois ex-Chefes de Estados apresentaram as suas candidaturas na eleição Presidencial.

24. De um total de 21 candidatos, o Tribunal Supremo validou 14 candidaturas e rejeitou 7. Das candidaturas aceites, fazem parte as dos ex-Presidentes Veira, candidato independente, apoiado pelo “Grupo dos 30 mil”, movimento da Sociedade Civil que organizou o seu regresso ao país do exílio político em Portugal; Kumba Yala apoiado pelo PRS e também pelo “movimento Kumba Yala Presidente” e por Malam Bacai Sanha, Presidente da República por interino de Maio de 1999 a 2000, candidato do PAIGC assim como as da Senhora Antionieta Rosa Gomes, a ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros, candidata do Fórum Cívico Bissau-guineense/Social Democrata (FCG/SD) e única mulher a enfrentar o escrutínio Presidencial e os adversários Idrissa Djalo do Partido da União Nacional (PUN), Faustino Fudut Imbali do Partido do Manifesto do Povo (PMP) e Salvador Tchongo Domingos da Resistência da Guiné-Bissau/Bafata (RGB/Bafata). Três dos candidatos que fizeram o concurso junto do

Tribunal Supremo foram repescados, nomeadamente o ex-Primeiro Ministro Fadul. Definitivamente, 17 candidatos participarão da eleição presidencial.

25. As candidaturas de tão fortes personalidades da vida política Bissau-guineense e as tomadas de posição de alguns oficiais generais a favor de alguns candidatos, provocam tensões políticas e sociais. A este respeito apelo as partes Bissau-guineenses a fazerem prova de calma e de um sentido de responsabilidade, e de trabalhar para consolidação da democracia. Por outro lado, reafirmo a minha disponibilidade de tudo fazer para favorecer o bom desenvolvimento desta fase crucial do processo de paz. Ao mesmo tempo, encorajo os países da região a continuar a dar o seu pleno apoio ao processo de transição.

26. Convém no entanto realçar que se a situação no país continua relativamente calma, as consequências do motim de 6 de Outubro provocaram uma tensão, agravada nos últimos meses por vários eventos, nomeadamente a desintegração dos partidos políticos, as candidaturas controversas dos ex-Presidentes Veira e Kumba Yala, a declaração de 15 de Maio de 2005 de Kumba Yala reivindicando a sua legitimidade como Presidente da República e apelando ao adiamento da eleição Presidencial, assim como a sua tentativa de ocupar o Palácio Presidencial na noite de 24 para 25 de Maio com a ajuda de um grupo de militares.

27. À luz do que precede, mas também com vista a apoiar o processo em curso, recomendo à imagem da CEDEAO e da Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP), que o Conselho se responsabilize da abertura de um Gabinete de ligação em Bissau com uma estrutura reduzida. O seu objectivo seria conceder o apoio da UA para a criação de um ambiente propício com vista a consolidação da paz e da democracia na Guiné-Bissau.

**African Union Commission (AUC)**

**PAPS Digital Repository**

**<https://papsrepository.africa-union.org/>**

---

PSC Outcomes

Communiqués

---

2005-06-08

# Communiqué of the 31st Meeting of the Peace and Security Council of the African Union Held on 8 June 2005, Addis Ababa, Ethiopia.

Peace and Security Council

African Union Commission

---

<https://papsrepository.africa-union.org/handle/123456789/1320>

*Downloaded from PAPS Digital Repository, Department of Political Affairs, Peace and Security (PAPS)*